



Protesto no TSE para Ana Clara

Manifestantes fazem ato em frente à Corte contra decisão que proíbe “posts” sobre Flávio advogar para o PM acusado de matar menina

» LUIZA ALTOÉ

Ativistas ligados à defesa das mulheres e das crianças reuniram-se, ontem, em frente ao Tribunal Superior Eleitoral, para protestar contra o que consideram censura da Corte ao caso da menina Ana Clara. Os manifestantes defenderam a investigação do caso e criticam a medida como benéfica à candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência.

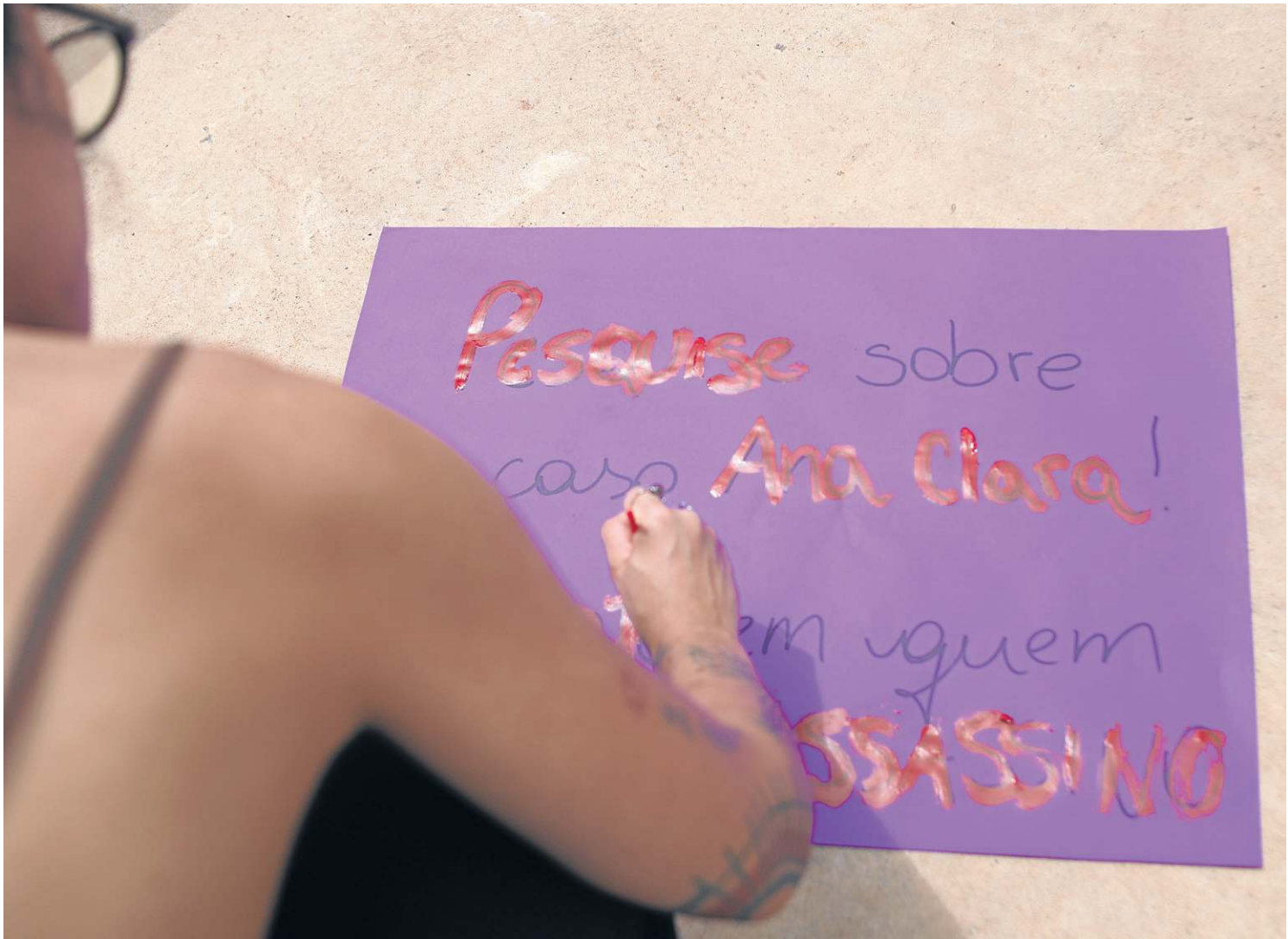
O protesto criticou à decisão do ministro André Mendonça, que determinou, na quarta-feira, a suspensão do impulsionamento de postagens da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que ligam Flávio ao responsável pela morte da menina com um tiro de fuzil, em 2 de fevereiro de 2021. O magistrado atendeu a um pedido dos coordenadores do presidencialismo do PL. Os posts lembravam que, em 2024, o senador passou a defender o policial militar Bruno Dias Delaroli, acusado de ter feito o disparo que tirou a vida da criança, então com cinco anos.

Nos cartazes dos manifestantes, lia-se “TSE não censure o caso Ana Clara”, “TSE tem que ser imparcial”, “Justiça por Ana Clara”, “Bolsonaro nunca mais”, “Eleições limpas”, “TSE escute o povo”. O protesto reuniu integrantes da União Brasileira de Mulheres (UBM), dos coletivos “Criança Não É Mãe”, “Juntas”, “Campanha Faça Bonito” e do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

“Vimos denunciar tentativas de interferência no processo eleitoral quando se nega que os eleitores saibam que um candidato à Presidência do Brasil está diretamente envolvido em defender um assassino de uma criança”, disse Ana Carolina Tesmann, professora e participante do protesto.

Ao discursar, Vilmara Pereira do Carmo, do PT Mulheres, defendeu o julgamento do policial acusado que até o momento não ocorreu — está marcado para 5 de maio do próximo ano. “Solidariedade a todas as mães que têm seus filhos vítimas dessa violência desenfreada que a gente vive. Neste momento, nós todas clamamos por justiça por Ana Clara. Nenhum servidor público tem o direito de, no exercício da sua função, retirar a vida de qualquer pessoa”, criticou.

Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



Coletivos se manifestaram sobre o que consideram censura às publicações que enfatizam a conexão do senador com o PM que fez o disparo

Modelo de segurança

Maria das Neves Filha, presidente da UBM, criticou a violência contra as mulheres e defendeu mudanças no atual modelo de segurança, a fim de permitir melhor identificação de policiais envolvidos em crimes. “Não somos contra a Polícia Militar. Somos contra o modelo de segurança que mata por meio dela. Essas eleições, para nós, mulheres, são sobre nossa liberdade e nosso direito de ir e vir”, afirmou.

Segundo a presidente da UBM, os coletivos estão estudando as medidas judiciais contra a decisão do ministro Mendonça. “Nossa preocupação é que esse caso caia no esquecimento e a justiça não seja feita”, lamentou.

O deputado distrital Fábio Félix (Psol), recém-eleito deputado federal, defendeu o direito ao acesso às informações sobre o caso de Ana Clara. “A gente não pode permitir que a censura seja perpetuada”, cobrou.

Ana Clara Gomes Machado foi morta em uma comunidade de Niterói (RJ), durante uma ação policial. Segundo denúncia do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ), o disparo veio da arma utilizada pelo PM Bruno Delaroli. Ele foi preso em flagrante e denunciado por homicídio qualificado, sob a acusação de ter assumido o risco de matar. Mas a prisão foi revogada, com a imposição de medidas cautelares.

O caso foi a júri popular. Em 2024, o senador Flávio Bolsonaro assinou o documento da defesa do militar enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) pedindo para que o cliente não fosse submetido ao Tribunal do Júri. O pedido foi negado, mas Delaroli continua sem ter sido julgado.

No debate da Band, domingo passado, Lula cobrou de Flávio explicações sobre ele advogar para o policial militar acusado da morte da criança. O senador desconversou.

Reprodução/Redes Sociais



Ana Clara foi atingida com um tiro de fuzil durante operação policial

Sul com chuva forte

» CAETANO YAMAMOTO*

Este fim de semana será de tempo instável na Região Centro-Sul do Brasil, com previsão de chuvas fortes e possibilidade de granizo no Paraná (PR), no sul e leste de Mato Grosso do Sul (MS), em São Paulo (SP) e no centro-sul de Minas Gerais (MG). O alerta foi feito ontem pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e pela Climatempo.

Segundo a previsão, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estão hoje em alerta vermelho (grande perigo) para tempestades, com possibilidade de chuvas superiores a 60 mm/h ou maior que 100 mm/dia, ventos de mais de 100 km/h e até mesmo queda de granizo. Também há a possibilidade de grande risco de danos em edificações, corte de energia elétrica, estragos em plantações, queda de árvores, alagamentos e transtornos no transporte rodoviário.

Já São Paulo está em alerta laranja (perigo), com chuvas entre 30 mm/h e 60 mm/h ou 50 mm/h e 100 mm/dia. Além disso, podem ocorrer ventos intensos, entre 60 km/h e 100 km/h, além de queda de granizo. O estado ainda tem risco de corte de energia elétrica, estragos em plantações, queda de árvores e de alagamentos.

Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso do Sul estão com alerta amarelo (perigo potencial), com chuvas entre 20 mm/h e 30 mm/h ou até 50 mm/dia, ventos intensos (40 km/h a 60 km/h) e queda de granizo. Mesmo assim, há risco de corte de energia elétrica, estragos em plantações, queda de galhos de árvores e de alagamentos.

Norte e Nordeste

No caso das regiões Norte e Nordeste, as instabilidades vêm diminuindo e as temperaturas, que já estavam elevadas, sobem um pouco mais.

Segundo a Climatempo, a chegada de uma frente fria e a formação de um ciclone extratropical entre o Sul do Brasil e o Paraguai cria condições para a tempestades no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e em áreas de Mato Grosso do Sul, de São Paulo e do Sul de Minas. Entre hoje e amanhã, a baixa temperatura avança para Sudeste e Centro-Oeste.

* Estagiário sob a supervisão de Fábio Grecchi

Bispos pedem voto por democracia e valores humanos

Em carta aberta aos católicos, bispos se manifestam sobre o segundo turno das eleições, que ocorrerá amanhã. No documento, criticam práticas e posicionamentos defendidos pelo candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL), sem citá-lo, e que, na avaliação deles, vão contra práticas democráticas e doutrinas defendidas pela Igreja. Além disso, convocam os eleitores a votar em defesa da democracia, dos valores humanitários, dos pobres e dos ensinamentos da Igreja.

Ao fim do documento, os bispos defendem o atual governo, também sem mencionar nominalmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “[A outra] candidatura que, embora também esteja sujeita a críticas, sempre manifestou responsabilidade com os pobres e com a Casa Comum e atuou dentro dos limites da ordem democrática, respeitando a Constituição. Gostar ou não do atual governo não pode ser razão para entregar o país nas mãos de quem manifesta tamanha contradição com os ensinamentos de nossa Igreja”, argumentam.

A carta foi assinada por 65 bispos de diversas dioceses do Brasil e está em alinhamento com a última Mensagem do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil (CNBB), que veio a público na quarta-feira. O documento inicia com trecho de encíclica do papa Leão XIV, que defende a tomada de posição em situações de “conflitos nos quais não é justo permanecer neutro nem é suficiente pensar ‘não ser cúmplice’”. Os bispos argumentam que o Brasil vive uma dessas situações em razão do cenário eleitoral, o que “exige tomar posição em nome do Santo Evangelho e da Doutrina Social da Igreja (DSI)”.

“Acreditamos ser necessário e urgente aplicarmos ainda mais em nossas preces pelo país e multiplicar mensagens para ajudar nos discernimentos”, defendem. “Votem para fazer a diferença. O cenário é muito grave, pois uma das candidaturas ameaça frontalmente diversos pontos centrais da DSI, a existência da democracia, a soberania nacional e a prática do bem comum”, continuam.

Trabalho e pobreza

Ao longo do texto, a carta pontua uma série de práticas e posturas defendidas por Flávio, mas que, segundo eles, vão contra posições defendidas pela Igreja e pela DSI. Entre elas, estão posturas relacionadas aos pobres, aos trabalhadores, ao armamento das

Divulgação/CNBB



Carta se alinha à Mensagem do Conselho da CNBB, divulgada 4ª feira

pessoas, ao respeito às instituições e à soberania nacional.

Segundo o documento, uma exortação apostólica critica posições que defendem “seria melhor deixar [os pobres] na miséria e ensinar-lhes antes a trabalhar” e que “a liberdade do mercado levará naturalmente à solução do problema

da pobreza”. Os bispos defendem também que mudanças tecnológicas devem ser avaliadas a partir “dignidade do trabalhador, do direito a uma remuneração suficiente e da efetiva possibilidade de participar na vida social”.

Diante disso, a carta defende que “um dos candidatos sempre foi



[A outra] candidatura que, embora também esteja sujeita a críticas, sempre manifestou responsabilidade com os pobres e com a Casa Comum e atuou dentro dos limites da ordem democrática, respeitando a Constituição. Gostar ou não do atual governo não pode ser razão para entregar o país nas mãos de quem manifesta tamanha contradição com os ensinamentos de nossa Igreja”

Trecho da carta dos bispos

publicamente contrário aos programas sociais e de combate à pobreza, por desconhecer as causas da miséria no Brasil”. Com relação ao trabalho, os bispos afirmam que a mesma candidatura sempre foi contra o fim da escala 6 x 1 e defensora do pagamento por hora trabalhada, não reconhecendo a dignidade do empregado e podendo modificar as resoluções sobre esse tema.

Outro ponto abordado pelos bispos diz respeito à tortura, prática considerada injustificável pela Doutrina Social da Igreja. “Um dos candidatos é publicamente favorável à tortura e sua família fez

homenagens a um dos maiores torturadores da ditadura brasileira, o general Brilhante Ustra, que matou muitas pessoas”.

A carta compara um possível governo de Flávio com o de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, no que se refere a liberação de armas — “ameaça grave para a estabilidade e a paz”, ressaltam os religiosos. A carta conclui ao falar, mais uma vez, sobre neutralidade.

“Diante desses e inúmeros outros elementos, não podemos nos manter neutros, a fim de que nossa consciência ou a história não nos condenem no futuro.”